

Caro Amigo Major Hélio Antunes:

Junto envoio a nota elaborada pela Teresa Santa Clara sobre as questões de articulação para os próximos meses entre a Comissão Interministerial de Ação Socio-cultural e a Campanha de Dinamização do MFA (ou da 5.ª Divisão do EMGFA?).

Acrescentaria, da minha laura, o que lhe disse ontem. Daria "peso" político à ação da ~~Fundação Cidadão Futuro~~ a Secretaria de Estado da Intervenção Social. As vantagens seriam:

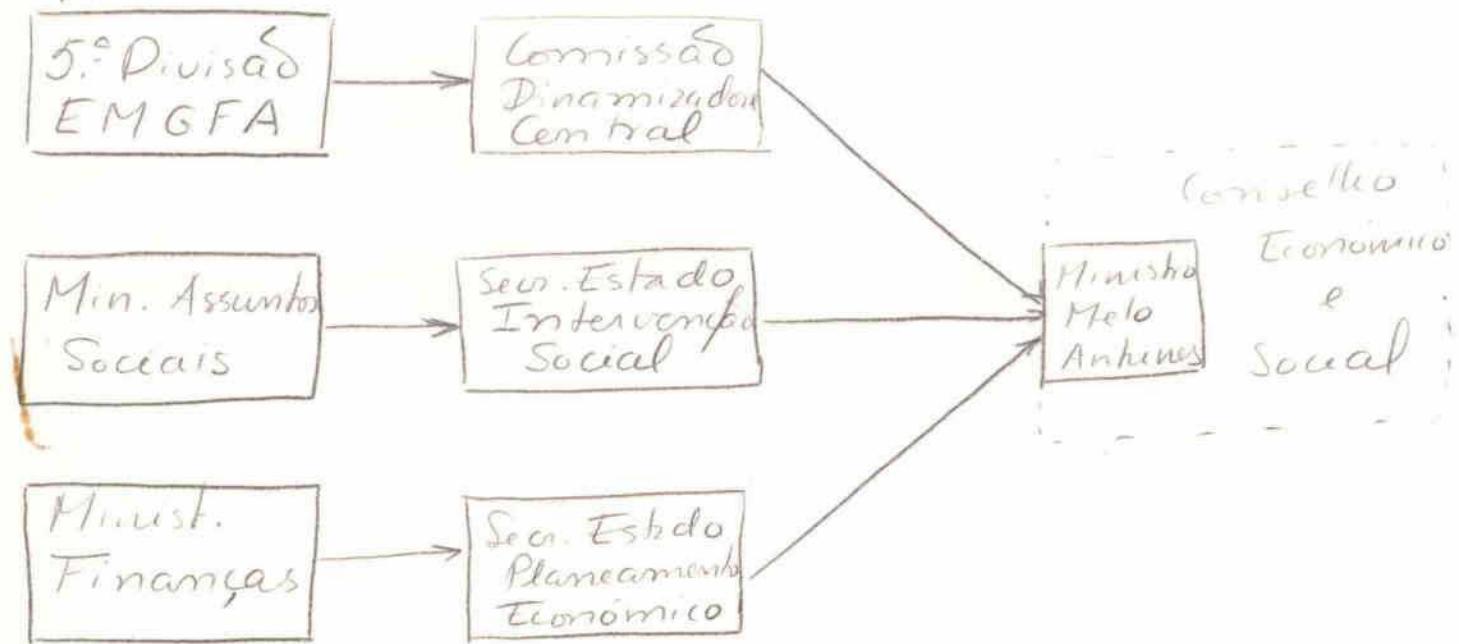
1) O Programa ficava c/ dois "braços" executivos m.º importantes e complementares:
— o Planeamento Económico
— a Intervenção Social

2) A Intervenção Social; além de ser cada vez mais em política social um instrumento indispensável, seria a tradução, em tempo revolucionário, daquilo q., em

tempo que dura, caberia a um gabinete de Planeamento de Política Social.

3) A institucionalização da Intervenção Social, como órgão governamental civil, estabeleceria uma convergência adequada (e quase é julgo indispensável) com a institucionalização crescente que neste domínio está a ter o MFA. Nessas condições e indo juntar uma estrutura mista-teia de se articular directamente consigo, como aliás, com toda a equipa do Programa, embora em outros termos. De resto, o problema é se fôr agora ao nível da execução do Programa na base, através do confronto, paralelismo ou convergência da (Interv. c/o Prog. Dinamizac.) do MFA, virá a pôr-se, dali a uns tempos, em termos do próprio planeamento. Assim seria lógico, a manter-se a Secretaria de Estado do Planeamento Económico no Ministério das Finanças, que se pudesse

pensar num esquema deste tipo:



Parece-me que importa, fá-lo com, e salvaguardar a operacionalidade dos "terminais" da Adm. Pública e a eficácia e rapidez junto das populações. E creio que este esquema ajudaria. (Além de resolver outros problemas que sabemos...)

Ate breve. Com amizade

2)

Mondes